

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**EDITAL 01/2022**



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA  
DE MINAS GERAIS**

**GABARITO TIPO: 1**

**CADERNO DE PROVAS**

<b>CADERNO</b> <b>213</b>	<b>Cargo/Especialidade</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Analista Legislativo</li><li>• CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA III – EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</li></ul>
<b>QUESTÕES</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO</li><li>• CIÊNCIA POLÍTICA E GESTÃO PÚBLICA</li><li>• REALIDADE SOCIOECONÔMICA DE MINAS GERAIS</li></ul>

**Leia, atentamente, as instruções gerais que se encontram no verso desta capa.**

## INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este caderno de provas contém um total de **60 (sessenta)** questões objetivas, sendo 30 de Direito Constitucional e Administrativo, 18 de Ciência Política e Gestão Pública e 12 de Realidade Socioeconômica de Minas Gerais. Confira-o.
2. As provas objetivas e discursivas terão duração de **4 (quatro) horas**, incluído o tempo destinado à transcrição das respostas do caderno de questões para a folha de respostas oficial.
3. Por motivo de segurança, o candidato somente poderá se ausentar do recinto da realização das provas decorridas 3 (três) horas do início de sua aplicação.
4. O candidato deverá marcar na folha de respostas o tipo de caderno de prova - **Gabarito Tipo 1 ou Gabarito Tipo 2**.
5. As respostas das questões objetivas deverão ser transcritas para a folha de respostas oficial, usando caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
6. Você poderá transcrever suas respostas das questões objetivas para a última folha deste caderno e a mesma poderá ser destacada.
7. Em nenhuma hipótese haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
8. Este caderno deverá ser devolvido ao fiscal, juntamente, com a folha de respostas objetivas, devidamente preenchida e assinada.
9. O gabarito da prova objetiva de cada cargo/especialidade/área de seleção será publicado em até dois dias úteis após a realização das provas, no *Diário do Legislativo*, e divulgado no sítio eletrônico <[www.fumarc.com.br](http://www.fumarc.com.br)>.
10. **ATENÇÃO:** Transcreva no espaço apropriado na sua Folha de Respostas, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:

*“Assembleia Legislativa de Minas Gerais: Poder e Voz do Cidadão!”*

A comissão organizadora da FUMARC Concursos lhe deseja uma boa prova.

Prezado(a) candidato(a):

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

Nº de Inscrição	Nome
<input type="text"/>	<input type="text"/>

**ASSINALE A RESPOSTA CORRETA.**

**PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO**

**QUESTÃO 01**

O controle de constitucionalidade adotado pelo modelo brasileiro estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é de competência:

- (A) Exclusiva do Ministério Público, se realizada repressivamente.
- (B) Exclusiva do Poder Judiciário, tanto em caráter preventivo quanto repressivo.
- (C) Predominante do Poder Executivo, se realizado em caráter preventivo.
- (D) Predominante do Poder Legislativo, se realizado em caráter preventivo.

**QUESTÃO 02**

O seguinte órgão, em matéria de controle de constitucionalidade, deve necessariamente ser previsto como permanente na organização do Poder Legislativo em todas as esferas da Federação:

- (A) Comissão de Constituição e Justiça.
- (B) Comissão Parlamentar de Inquérito.
- (C) Conselho Deliberativo.
- (D) Secretaria Executiva da Mesa.

**QUESTÃO 03**

O denominado parâmetro no controle de constitucionalidade de competência do Tribunal de Justiça Estadual deve ser composto por:

- (A) Norma de *status* constitucional definido por seu conteúdo, em qualquer espécie de norma que a contenha.
- (B) Norma ou conjunto de normas a ser verificado em face de norma constitucional.
- (C) Norma ou conjunto de normas da Constituição Estadual ou da Constituição da República vigente.
- (D) Norma ou conjunto de normas da Constituição Estadual respectiva.

**QUESTÃO 04**

Acerca da Constituição da República Federativa do Brasil, no que se refere as suas normas, é **CORRETO** afirmar:

- (A) É constituição normativa, cujas normas são, em regra, de eficácia plena, direta e imediata.
- (B) Não possui cláusulas pétreas que limitem sua alteração pelo Congresso Nacional, desde que observado o Processo Legislativo.
- (C) Pode sofrer alteração por Emenda, qualquer que seja o objeto, por autorizar o exercício do poder constituinte derivado.
- (D) Trata-se de constituição normativa, sujeitando todas as funções de Estado, mas que autoriza sua própria alteração sem qualquer limitação.

**QUESTÃO 05**

Os princípios e objetivos fundamentais da República na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no que se refere às desigualdades regionais, expressam:

- (A) Determinação de que sejam reduzidas pelo Estado.
- (B) Matéria omitida.
- (C) Objeto de escolha irrestrita pelas funções legislativas ou de governo.
- (D) Proibição de tratamento distinto entre regiões no território nacional ou dos Estados.

**QUESTÃO 06**

As normas de direitos e garantias fundamentais previstas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 vinculam, por sua eficácia,

- (A) a função jurisdicional apenas se a matéria for regulamentada por Lei.
- (B) as funções Executiva e Judiciária, mas não a função Legislativa.
- (C) as funções Legislativas, Executivas e Judiciárias.
- (D) todas as funções do Estado, mas sua interpretação é de competência exclusiva do Poder Legislativo por meio de Lei.

**QUESTÃO 07**

O Direito fundamental à seguridade social, na Constituição vigente, inclui a seguinte norma:

- (A) A assistência social, embora seja função do Estado, não obriga todos os entes da Federação.
- (B) A saúde é direito de prestação gratuita.
- (C) O direito à saúde exige a comprovação da qualidade de pobre no sentido legal.
- (D) O direito à saúde não pode ser reivindicado perante o Poder Judiciário.

**QUESTÃO 08**

O Estado Democrático de Direito, modelo de Estado adotado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, **NÃO** acolhe a seguinte hipótese:

- (A) Criminalização da desqualificação da pessoa em razão de orientação sexual ou de gênero.
- (B) Extinção do pluralismo político, mediante instauração de partido único.
- (C) Supremacia da Constituição, inclusive mediante guarda do Supremo Tribunal Federal.
- (D) Tratamento discriminatório positivo a grupos sociais, no âmbito de políticas públicas, em razão de suas vulnerabilidades.

**QUESTÃO 09**

A liberdade de reunião, tal como protegida nos direitos e garantias individuais pela Constituição vigente, exige a observância do seguinte limite:

- (A) Autorização estatal prévia.
- (B) Convocação por entidade social de interesse público.
- (C) Finalidade estritamente político-partidária.
- (D) Vedação ao caráter paramilitar.

**QUESTÃO 10**

O Estado Brasileiro se organiza territorialmente sob a forma de Federalismo com a seguinte característica:

- (A) Distintos ordenamentos em matéria criminal.
- (B) Marcado por competências legislativas predominantes dos Estados.
- (C) Não constitucionalizado.
- (D) Tendencialmente cooperativo.

**QUESTÃO 11**

Na Federação Brasileira, sob a organização definida após a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é competência da União legislar, privativamente, sobre a seguinte matéria:

- (A) Desapropriação.
- (B) Estatuto de servidores.
- (C) Proteção ao meio ambiente.
- (D) Proteção do patrimônio histórico e cultural.

**QUESTÃO 12**

Sobre uma matéria de competência legislativa concorrente entre a União e os Estados, é **CORRETA** a seguinte afirmativa:

- (A) Legisladas normas gerais e especiais por ambos os entes, as legislações serão aplicadas concomitantemente nos limites de cada Ente.
- (B) O Estado pode legislar as normas gerais, enquanto a União não o fizer, mantendo-se sua validade até que seja legislada a Lei federal.
- (C) Os Estados podem legislar normas gerais, se a União não o fizer, mantendo-se integralmente, neste caso, as normas Estaduais após legislada a Lei nacional.
- (D) Os Estados são proibidos de legislar na matéria até que sobrevenha Lei federal.

**QUESTÃO 13**

A intervenção da União nos Estados Federados, conforme previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, submete-se à seguinte norma geral:

- (A) A União intervirá nos Estados sempre que demandada pelo Governador do Estado em questão.
- (B) A União não intervirá nos Estados, salvo nas hipóteses e nos requisitos previstos na Constituição da República.
- (C) Compete ao Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, decidir, a seu critério, os requisitos de Intervenção Federal.
- (D) Os requisitos para intervenção federal nos Estados são objeto de Lei Orgânica de competência Legislativa da União.

**QUESTÃO 14**

Assinale a afirmativa **CORRETA**:

- (A) A instituição de regiões metropolitanas pelos Estados exige Lei Complementar.
- (B) As riquezas minerais em depósito no território dos Estados são bens Estaduais.
- (C) É competência privativa da União legislar em matéria de Direito Tributário.
- (D) O número de deputados das Assembleias Legislativas é livremente definido pelas Constituições Estaduais.

**QUESTÃO 15**

A organização da separação de funções conformada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 **proíbe** a seguinte hipótese:

- (A) Controle de constitucionalidade das leis pelo Poder Judiciário.
- (B) Controle de legalidade da função administrativa pelo Poder Judiciário.
- (C) Lei que autorize o chefe do Poder Executivo a legislar por decreto.
- (D) Sujeição da função Legislativa à Constituição;

**QUESTÃO 16**

O sistema de governo estabelecido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 determina a seguinte **consequência**:

- (A) Impossibilidade de apreciação judicial de conflitos entre os Poderes Legislativo e Executivo.
- (B) Instituição do presidencialismo clássico, inclusive com a aplicação desse sistema nas esferas estadual e municipal.
- (C) Previsão de matérias de iniciativa legislativa privativas do Chefe do Poder Executivo.
- (D) Proibição de atuação do Poder Legislativo na matéria de responsabilidade política do Chefe do Executivo.



**QUESTÃO 17**

As funções do Poder Legislativo no modelo de organização presente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, **NÃO** compreende:

- (A) Convocação de Ministros ou Secretários de Governo, conforme a respectiva esfera da Federação, para prestar informações e esclarecimentos acerca de suas funções.
- (B) Exercício em concreto do poder de polícia sobre atividades privadas, mediante especialidades temáticas.
- (C) Fiscalização do Poder Executivo, inclusive mediante Comissão de Inquérito destinada a este fim.
- (D) Julgar o Chefe do Poder Executivo da respectiva esfera da Federação por crime de responsabilidade.

**QUESTÃO 18**

As competências do Poder Executivo para legislar estão **corretamente** referidas em:

- (A) Autorizam as medidas provisórias e leis delegadas, cuja definitividade independe do processo legislativo.
- (B) Incluem as medidas provisórias, independentemente da matéria.
- (C) São funções atípicas que compreendem medidas provisórias, leis delegadas e decretos regulamentares autônomos.
- (D) São funções atípicas, restritas às medidas provisórias e Leis delegadas, ambas sujeitas ao processo e à decisão Legislativa para que seu objeto obtenha definitividade.

**QUESTÃO 19**

Sobre os crimes de responsabilidade do Governador do Estado, as normas da Constituição do Estado de Minas Gerais incluem:

- (A) É atribuição privativa do Ministério Público denunciar o Governador do Estado por crime de responsabilidade perante a Assembleia Legislativa.
- (B) É permitido a todo cidadão denunciar o Governador por crime de responsabilidade perante a Assembleia Legislativa ou o Poder Judiciário.
- (C) O descumprimento de decisão judicial é conduta consistente em crime de responsabilidade.
- (D) O julgamento por crime de responsabilidade cometido pelo Governador do Estado compete à Assembleia Legislativa e pode resultar em condenação à pena de prisão.

**QUESTÃO 20**

Considerando as atribuições do Ministério Público, constata-se que **NÃO** incluem a seguinte hipótese:

- (A) Promover a ação penal pública.
- (B) Representar judicialmente o Estado de Minas Gerais, incluídas as pessoas indiretas.
- (C) Requisitar documentos para instruir procedimentos administrativos de sua competência.
- (D) Requisitar instauração de inquérito policial.

**QUESTÃO 21**

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais possui competência para julgar

- (A) ação de inconstitucionalidade proposta em face de Lei Municipal que viole a Constituição Estadual.
- (B) após a diplomação, o crime cometido por Deputado Estadual, independentemente de ciência da Assembleia Legislativa.
- (C) iniciativa da Lei de Organização e divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais, observando a participação da Assembleia em todas as fases do concurso para ingresso no cargo inicial da carreira de juiz.
- (D) os crimes comuns cometidos pelo Governador do Estado.

**QUESTÃO 22**

A direção administrativa Superior da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais compete, conforme a Constituição Estadual e Regimento Interno, à:

- (A) Comissão de Constituição e Justiça.
- (B) Mesa da Assembleia apenas para Deputados.
- (C) Mesa da Assembleia, apenas para servidores.
- (D) Mesa da Assembleia.

**QUESTÃO 23**

A constituição de Comissões Legislativas, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, observa a seguinte norma:

- (A) A constituição da Comissão Legislativa compete à Assembleia, sujeita à sanção executiva.
- (B) A constituição de Comissão Legislativa temática exige a provocação de entidades públicas ou privadas.
- (C) A designação dos membros das Comissões compete ao Presidente da Assembleia, independentemente de indicação por critério partidário.
- (D) As comissões são órgãos internos e sua constituição compete à própria Assembleia.

**QUESTÃO 24**

A iniciativa de Lei que trate de organização da Administração Pública do Poder Executivo compete à seguinte autoridade ou órgão:

- (A) Chefe do Poder Executivo ou Comissões Legislativas.
- (B) Chefe do Poder Executivo.
- (C) Privativamente ao Chefe do Poder Executivo, se a proposta for de Lei Complementar.
- (D) Qualquer membro do Poder Legislativo.

**QUESTÃO 25**

Os Tribunais de Contas são órgãos auxiliares do Poder Legislativo para executar o controle externo. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 fortaleceu os Tribunais de Contas, de modo que é **CORRETO** se afirmar que o órgão, quando visa à promoção do aperfeiçoamento da gestão pública abrangendo os aspectos de legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade de atos vinculados ao controle da atividade financeira do Estado, exerce a fiscalização:

- (A) Contábil.
- (B) Financeira.
- (C) Operacional.
- (D) Patrimonial.

**QUESTÃO 26**

Por ser órgão auxiliar da Assembleia Legislativa do Estado no controle externo, o parecer do Tribunal de Contas acerca das contas anuais prestadas pelo Executivo não vincula a deliberação do Poder Legislativo. Nesse tocante, é **CORRETO** afirmar que o controle externo da Administração Pública:

- (A) Avalia o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, bem como a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- (B) É competência do Poder Executivo, com auxílio dos Tribunais de Contas.
- (C) Pode invalidar atos produzidos que infrinjam a legislação.
- (D) Pode ser realizado de forma ampla e irrestrita.

**QUESTÃO 27**

O controle externo exercido pelo Tribunal de Contas compreende a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial de atos que gerem receita ou despesa pública. A Constituição Estadual, ao tratar da fiscalização dos bens e valores públicos, estabeleceu diretrizes que norteiam as ações do controle externo. Sendo assim, compete ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), **EXCETO**:

- (A) Apreciar, para o fim de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, por órgão ou entidade da administração direta e indireta dos Poderes do Estado e de Município, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- (B) Fiscalizar a observância, para cada conta de recurso, da ordem cronológica de exigibilidade dos pagamentos das obrigações relativas a fornecimento de bens, locação, realização de obras e prestação de serviços, efetuados pelos órgãos e por entidades da administração pública, estadual e municipal.
- (C) Prestar as informações solicitadas por comissão do Poder Legislativo estadual ou municipal ou por, no mínimo, dois terços dos membros da Casa legislativa, sobre assunto de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre os resultados de auditoria e inspeção realizadas nas unidades dos Poderes ou em entidade da administração indireta.
- (D) Realizar, por iniciativa própria ou a pedido da Assembleia Legislativa, de Câmara Municipal ou de comissão de qualquer dessas Casas, inspeção e auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em unidade da administração direta ou indireta dos Poderes do Estado ou de Município.

**QUESTÃO 28**

Considerando que o Estado de Minas Gerais descentralizou serviço público através da criação de autarquia estadual, é **CORRETO** pressupor como requisito de validade:

- (A) A criação da pessoa ocorreu por meio de Lei aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.
- (B) A criação necessariamente foi precedida de autorização por Lei Federal.
- (C) O processo de criação foi idêntico ao exigido para a criação de empresa pública.
- (D) O processo de criação tramitou validamente apenas no âmbito do Poder Executivo Estadual.

**QUESTÃO 29**

Acerca da gestão de bens públicos, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) O Estado pode constituir sobre seus bens ônus reais, desde que com a finalidade de oferecer garantia a terceiros.
- (B) Os bens denominados de uso comum do povo são, por sua natureza, desafetados.
- (C) Podem ser alienados se desafetados, encontrando-se na qualidade de bens dominicais.
- (D) Sua alienação é vedada nos mesmos termos que sua imprescritibilidade.

**QUESTÃO 30**

O servidor e a servidora públicos submetem-se à seguinte norma no que se refere aos seus direitos e deveres:

- (A) A jornada de trabalho do servidor público, diversamente dos empregados da iniciativa privada, não possui limites constitucionalmente assegurados, pelo que compete ao Poder Legislativo de cada ente da Federação defini-los ir-restritamente nos seus respectivos estatutos.
- (B) A responsabilidade do servidor de qualquer dos três poderes exige a observância do devido processo legal, se imposta pela via judicial, mas não obrigatoriamente se imposta na via administrativa.
- (C) A servidora pública possui direito a licença na qualidade de gestante por período fixado em norma administrativa, a critério da chefia de sua respectiva carreira.
- (D) O servidor público comete infração administrativa se fizer uso de suas funções e prerrogativas para obtenção de vantagens pessoais para si ou para terceiros.

**PROVA DE CIÊNCIA POLÍTICA E GESTÃO PÚBLICA****QUESTÃO 31**

As teorias democráticas são construções mentais que possibilitam enxergar e entender a realidade dos processos sócio-políticos que constituem a democracia, como eles se desenvolvem e como devem operar. O debate que ensejam, tanto no campo acadêmico quanto na vida prática, contribuem para conformar os diferentes modelos e concepções de democracia e a própria práxis política. Dentre elas destacam-se:

Analise as seguintes afirmativas:

- I. A teoria elitista da democracia a define como um método para a autorização do exercício do poder político, em que se viabiliza a competição política sem violência. O exercício do poder ficaria a cargo dessas lideranças e elites políticas, que seriam consideradas as mais capazes de garantir a promoção da justiça e do bem comum.
- II. A teoria econômica da democracia parte do princípio de que os governos representativos são constituídos a partir das escolhas racionais dos indivíduos e preferências definidas em face do cálculo utilitário para o alcance de benefícios. A democracia é um processo de competição eleitoral, baseada em regras constitucionais, em que o governo exerce o poder consentido.
- III. A teoria da democracia como poliarquia considera que o poder está distribuído entre diversos grupos que agregam diferentes forças sociais e uma pluralidade de interesses. O governo faria a mediação dos possíveis conflitos, precisando assegurar o máximo de representação de interesses da sociedade.
- IV. As teorias protetoras da democracia são pautadas pela compreensão de que a democracia, ou o governo representativo, se constitui como uma forma de proteger os cidadãos do poder do Estado e de seus concidadãos, devendo os direitos fundamentais ser assegurados de forma a garantir ao indivíduo a segurança necessária à persecução de seus interesses.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas

- (A) I e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.



**QUESTÃO 32**

O termo Instituições Participativas (IPs) foi cunhado tendo em vista a crítica à compreensão da institucionalidade, centrada na existência de uma legislação formal acerca do funcionamento das instituições, bem como ao fato da própria abrangência do conceito de instituição política que, de modo geral, não trata das práticas participativas e inovadoras. (AVRITZER, 2008).

Sobre exemplos de IPs, analise as afirmativas, considerando-as verdadeiras (V) ou falsas (F):

- ( ) As Conferências Públicas, como eventos episódicos de participação, em geral organizadas pelo executivo, buscam incorporar as sugestões da população aferidas por meio de consultas públicas, disponibilizadas em canais institucionais e que depois são transformadas em políticas públicas setoriais.
- ( ) Os Conselhos de Políticas são espaços públicos de composição plural, geralmente paritários, entre Estado e sociedade civil, cuja função é formular, executar e controlar as políticas setoriais, contribuindo para o processo de democratização da gestão pública.
- ( ) O Orçamento Participativo se constitui como espaços de debates e decisões partilhadas entre Estado e a sociedade civil, na definição das prioridades na aplicação dos recursos do orçamento público municipal. Apresenta-se em duas versões: presencial e digital.
- ( ) Os Canais que expressam as preferências individuais se constituem como instrumentos disponibilizados pelo poder público para viabilizar a comunicação com os cidadãos, a avaliação de serviços, bem como receber demandas diversas.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- (A) F, F, V, V.
- (B) F, V, V, V.
- (C) V, F, V, F.
- (D) V, F, V, V.

**QUESTÃO 33**

As tecnologias digitais apresentam novas possibilidades de melhorias na qualidade das democracias, uma vez que abre oportunidades de maior transparência da coisa pública e da supervisão da sociedade civil sobre os processos decisórios governamentais. O parlamento brasileiro tem incorporado, ao longo do tempo, essas novas tecnologias como parte da sua ação, abrindo a possibilidade de maior conexão e participação dos cidadãos nos processos parlamentares, (BRAGA, MI-TOZO, TADRA, 2016).

A partir dos dados apresentados na tabela 1, analise as afirmativas que a seguem.

**TABELA 1**  
**ÍNDICE DE FUNCIONALIDADE DOS WEBSITES**  
**PARLAMENTARES - IFP - EM JULHO DE 2016**

UNID.	LEGISL.	LEGIT.	REP.	SUPERV.	EDUC.	PART.	ÍNDICE GERAL
CD	0,96	1,00	0,89	0,90	0,90	0,93	0,93
MG	1,00	0,96	0,89	0,83	0,83	1,00	0,92
SF	0,93	0,96	0,89	0,83	0,87	0,98	0,91
SC	1,00	0,93	0,85	0,55	0,68	0,65	0,78
RJ	0,82	0,89	0,70	0,48	0,87	0,80	0,76
SP	0,96	0,96	0,72	0,86	0,55	0,46	0,75
RS	1,00	0,89	0,72	0,93	0,52	0,40	0,74
PR	0,82	0,89	0,89	0,59	0,42	0,65	0,71
GO	0,79	0,86	0,83	0,76	0,55	0,45	0,71
CE	0,96	0,86	0,81	0,55	0,32	0,60	0,69
PB	0,79	0,89	0,65	0,52	0,42	0,65	0,65
PE	0,93	0,86	0,65	0,41	0,13	0,60	0,60
AM	0,75	0,71	0,59	0,52	0,48	0,40	0,58
RN	0,54	0,86	0,57	0,45	0,61	0,40	0,57
MT	0,75	0,75	0,61	0,24	0,35	0,65	0,56
MS	0,64	0,75	0,70	0,38	0,55	0,25	0,55
BA	0,93	0,86	0,67	0,52	0,13	0,15	0,54
RO	0,57	0,64	0,80	0,43	0,16	0,60	0,53
AL	0,82	0,82	0,59	0,24	0,27	0,45	0,53
MA	0,63	0,79	0,74	0,25	0,27	0,50	0,53

DF	0,79	0,82	0,61	0,28	0,42	0,15	0,51
RR	0,64	0,75	0,70	0,21	0,16	0,50	0,49
PA	0,57	0,54	0,63	0,45	0,26	0,45	0,48
TO	0,80	0,79	0,67	0,28	0,00	0,35	0,48
SE	0,75	0,82	0,81	0,21	0,10	0,15	0,47
AP	0,96	0,75	0,67	0,28	0,00	0,15	0,47
ES	0,75	0,57	0,31	0,28	0,23	0,50	0,44
AC	0,64	0,64	0,54	0,38	0,16	0,10	0,41
PI	0,64	0,71	0,57	0,28	0,00	0,25	0,41
MÉDIA	0,80	0,81	0,70	0,48	0,39	0,49	0,61

Fonte: BRAGA; MITOZO; TADRA, 2016

SF – Senado Federal CD – Câmara dos Deputados.

Leg.: Função Legislativa; Legit.: Função de Legitimação; Rep.: Função Representativa; Superv.: Função de Supervisão; Educ.: Função Educativa; Part.: Função Participativa.

- I. A função Educativa tem menor desempenho que a função de Legitimação em todas as Assembleias Legislativas, na Câmara Federal e no Senado.
- II. Na função Representação, dez assembleias legislativas – Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Ceará, Roraima, Sergipe, Maranhão, São Paulo e Rio Grande do Sul – têm desempenho acima da média da função.
- III. Na função Participação, há um grupo em que se inclui São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal com desempenho acima da média da função.
- IV. No Índice Geral de Funcionalidade, as assembleias legislativas dos estados do Sul, Sudeste e Nordeste apresentam desempenho acima da média do índice.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.

**QUESTÃO 34**

A crise de representação e o crescimento da participação da sociedade civil nos processos políticos têm gerado novas dinâmicas de representação política, o que resulta na necessidade de compreendê-la em sua dimensão processual. Essas novas dinâmicas abarcam a compreensão de que:

- I. A representação se constitui como atividade que pressupõe interações contínuas, ao longo do tempo, entre representantes e representados, não havendo definição prévia do que é representado e de quem o representa.
- II. Há uma diversidade de atores sociais que exercem representação política de fato, cujas ações são dirigidas para um público que buscam atrair e convencer sobre questões diversas, muitas das quais escapam do alcance da representação democrática do Estado Nacional.
- III. A legitimidade da representação desses novos atores não é proveniente da autorização, como é no caso do eleitor, mas das funções discursivas sustentadas pela apresentação de temas e questões postos para o debate na esfera pública.
- IV. Há modalidades de representação, de largo alcance e muitas vezes informais, que não requerem controle por aqueles que dizem representar, precisando apenas que esses representantes tornem pública sua atuação.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas.

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.

**QUESTÃO 35**

À parte as controvérsias sobre o conceito de democracia, pode-se entendê-las, genericamente, a partir de sua reinvenção na modernidade, como forma de governo caracterizada pela representação política, pela ideia de igualdade entre os cidadãos e pela separação de poderes (MENDONÇA; CUNHA, 2018).

Analise as afirmativas, considerando-as **(V)** verdadeiras ou **(F)** falsas:

- ( ) A democracia representativa pressupõe que os mandatos tenham duração determinada e sejam conquistados em eleições periódicas e competitivas, o que cria uma dinâmica nas relações entre políticos profissionais e eleitores.
- ( ) Na democracia majoritária, as regras de proporcionalidade da representação política se baseiam na igualdade do voto de cada indivíduo, membro da coletividade legalmente constituída como corpo total dos eleitores.
- ( ) Na dinâmica da democracia representativa, o poder se estrutura a partir do sistema de freios e contrapesos (*checks and balances*), mecanismos de equilíbrio entre os poderes, de modo a se evitar a concentração do poder político em uma só instância do Estado.
- ( ) Na democracia representativa, os eleitos para os cargos políticos recebem um mandato delegado para governar, o que lhes possibilita atuar em consonância com suas convicções e com autonomia frente àqueles que os elegeram.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- (A) V, V, F, F.
- (B) V, V, F, V.
- (C) V, V, V, F.
- (D) V, V, V, V.

**QUESTÃO 36**

A forte atuação dos movimentos sociais, de diferentes feições, foi decisiva para ressignificação da ideia de participação política, de forma que a ideia de autogoverno adquirisse pleno sentido. A participação social oriunda desse processo se constituiu como uma nova gramática de organização da sociedade e da relação entre Estado e sociedade civil. (SANTOS; AVRITZER, 2003, *apud* PEREIRA, 2018).

Nesse contexto, a participação social se configura, **EXCETO** pelo(a)

- (A) ampliação da participação popular e inclusão de atores socialmente marginalizados, no processo político, o que envolve, dentre outras questões, o partilhamento do poder no processo de tomada de decisão sobre questões de interesse público.
- (B) compreensão de que a autonomia dos movimentos sociais, frente ao Estado, constitui-se como parte do processo de aprofundamento democrático e da atuação desses movimentos como protagonistas de uma contínua reinvenção democrática.
- (C) fortalecimento da sociedade civil em toda a sua diversidade, de forma a permitir a busca pelo reconhecimento de novas práticas e saberes e de outras formas de sociabilidade, bem como da redefinição do político para além das relações que se processam na institucionalidade.
- (D) perspectiva de que a autoridade legítima deriva da participação do governado no governo, no momento da seleção dos governantes, que se dá por via do processo eleitoral, e no reconhecimento da soberania popular e da representação política consentida.

**QUESTÃO 37**

No campo das relações intergovernamentais que envolvem os sistemas federativos, a configuração de padrões cooperativos pode ser perturbada por fatores alheios à vontade dos entes governamentais.

Analise as afirmativas, considerando-as verdadeiras (V) ou falsas (F):

- ( ) Pressões na arena política interna aos governos, especialmente quando mais responsivos aos seus eleitores, tendem a restringir a margem de manobra para adoção de comportamentos cooperativos que impliquem algum tipo de sacrifício da própria população.
- ( ) A escolha por cooperar pode resultar de estruturas de recompensas ou *payoffs* que contraindiquem a cooperação, especialmente em contextos de interação estratégica em que o retorno para uma escolha dependa da escolha do outro pela mesma opção.
- ( ) A existência de conflitos técnicos decorrentes da diversidade das estruturas das organizações burocráticas e dos processos administrativos dos diferentes entes governamentais em busca da cooperação
- ( ) A presença de grande número de agentes com forte relação de interdependência, o que pode acrescer os custos de transação e tornar menos eficazes os mecanismos de identificação de desertores e sua punição.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- (A) F, V, F, V.
- (B) F, V, V, F.
- (C) V, V, F, F.
- (D) V, V, F, V.

### **QUESTÃO 38**

Ainda que o federalismo apresente variações em face dos contextos socioculturais, econômicos e políticos de cada país, há determinados atributos institucionais, presentes em quaisquer formas de Estado federados, que são passíveis de produzir efeitos nos processos de políticas públicas, mormente as de caráter redistributivos, de feição nacional.

Quanto aos atributos e seus possíveis efeitos, compreende-se que:

- I. No âmbito do Federalismo Fiscal, o desenvolvimento de políticas de caráter nacional depende, em grande parte, da descentralização dos recursos fiscais, de modo que as desigualdades territoriais e iniquidades verticais e horizontais, existentes entre os entes federados, sejam minimizadas em função da autonomia decisória dos entes locais.
- II. No âmbito do Federalismo Partidário, a inexistência de partidos nacionais, capazes de atuar de forma significativa nos governos subnacionais e cuja coesão interna, na arena parlamentar, seja suficiente para neutralizar interesses provinciais na formação de preferências dos representantes parlamentares, se constitui como elemento dificultador da construção e extensão de políticas nacionais para todo o território.
- III. No âmbito da Corte Suprema, do poder de arbitramento e regulação dos conflitos verticais e horizontais, sua ação pode favorecer as políticas do tipo nacionais ao assumir um papel centralizador, se posicionando favorável à União pela interpretação das prerrogativas que ela e, também, quando se posiciona em casos que envolvam questões pertinentes a esse tipo de política, pela emissão de acordão ou sentenças de casos particulares.
- IV. O âmbito da Centralização Jurisdicional favorece a formulação e implementação de políticas, posto que, quanto mais abrangentes forem as prerrogativas do governo central para legislar e definir diretrizes e gastos em políticas, e quanto menores forem os recursos de veto dos entes subnacionais sobre as iniciativas do poder central, maiores serão as possibilidades de que as políticas possam assumir seu caráter nacional.

Estão **CORRETAS apenas** as afirmativas:

- (A) I e II.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e IV.

### **QUESTÃO 39**

O federalismo moderno tem sua origem histórica nos Estados Unidos do século XVIII, sendo visto como engenharia institucional para acomodar conflitos sociais e políticos de base territorial e para constituição do Estado Nacional (SOARES; MACHADO, 2018). Essa experiência se expandiu pelo mundo, ganhando variados contornos e especificidades, mas preservando algumas características básicas.



Analise as afirmativas sobre os elementos, dentre outros, que caracterizam o federalismo:

- I. Divisão do poder realizada verticalmente, de modo que diferentes níveis de governo tenham autoridade sobre a mesma população e território, sendo a eles atribuídas distintas jurisdições governamentais de forma que sejam independentes entre si.
- II. A pactuação entre as forças centrípetas que impulsionam a defesa da autonomia política e decisória para as comunidades territoriais, e as forças centrífugas impulsionadoras do fortalecimento do poder central em suas competências de caráter nacional.
- III. A descentralização legislativa ou jurisdicional que significa a capacidade dos entes nacionais de criar legislação própria, de forma que possam atuar livres de quaisquer constrangimentos legais do poder central.
- IV. Um processo de distribuição de poder que preserve um espaço jurisdicional exclusivo do nível central, que lhe permita atuar independente da autorização prévia das unidades territoriais autônomas.

Estão **CORRETAS apenas** as afirmativas:

- (A) I e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.

#### **QUESTÃO 40**

A cooperação no campo das políticas públicas no sistema federativo envolve ajustes de comportamento em direção às preferências uns dos outros, requerendo mecanismos de coordenação. Entre eles encontram-se:

- (A) Mecanismos de coordenação e controle que incluem órgãos de *accountability* horizontal que visem assegurar o cumprimento de determinações legais e o exercício de supervisão das políticas públicas.
- (B) Mecanismos de coordenação horizontal que incluem, dentre outros, os constrangimentos constitucionais e legais e incentivos financeiros à adesão a determinadas iniciativas do governo central.
- (C) Mecanismos de coordenação vertical que incluem convênios e consórcios públicos firmados tanto entre entes governamentais do mesmo nível quanto de níveis distintos.
- (D) Mecanismos mistos de coordenação intergovernamental que incluem, necessariamente, a cooperação simultânea em dimensão vertical e horizontal, tais como regionalização de políticas públicas e criação de regiões metropolitanas que envolvem estado e municípios.

**QUESTÃO 41**

No debate sobre os processos de descentralização que sustentam o federalismo, os argumentos buscam demonstrar que a descentralização das decisões sobre a oferta de bens públicos para os entes subnacionais promoveria maior eficiência alocativa, vis a vis a centralização das decisões. Nessa perspectiva, entende-se que,

- (A) a oferta de bens localmente customizados e seus baixos custos informacionais, que garantem maior eficiência alocativa, derivam do fato de que as preferências locais são mais homogêneas, o que permite o desenvolvimento de políticas redistributivas ou equalizadoras.
- (B) quando as decisões de uma ou mais localidades produzem externalidades negativas sobre outras cujas escolhas locais ficaram comprometidas ou prejudicadas, essa situação poderia ser resolvida pela flexibilização e capacidade de absorver as vantagens competitivas que o local traz na oferta de bens públicos.
- (C) quanto maior a oferta de bens públicos localmente definidos pela descentralização das decisões, maiores ganhos de escala e maior eficiência ao baixar o custo unitário dos bens e serviços, os preços dos fatores de produção sendo mais favoráveis, dado o baixo custo que a logística do local propicia.
- (D) quanto mais heterogênea a distribuição das preferências por bens públicos em dado território, maiores vantagens traria a descentralização das decisões sobre a oferta desses bens, uma vez que o atendimento poderia ser mais flexível do que sob a provisão centralizada.

**QUESTÃO 42**

Novas abordagens sobre políticas públicas procuram ir além da demonstração dos efeitos do federalismo sobre elas, buscando destacar a existência de uma relação de reciprocidade, observada, principalmente, em momentos em que são introduzidas políticas de *welfare state* (FRANZESE; ABRÚCIO, 2014).

Nesse caso, tem se que:

- I. No federalismo democrático competitivo, em que a União tenha poucas prerrogativas e poucas são as áreas de decisão compartilhada, a estratégia dos entes subnacionais de realizar menos investimentos em política de bem-estar para que não atraia beneficiários de outras unidades, pode ser respondida pelo ente central por meio de transferências vinculadas, o que ocasiona maior interdependência entre as unidades federativas.
- II. No momento da retração dos gastos sociais e redução do tamanho do Estado, o federalismo funciona como uma barreira favorecendo a manutenção do *status quo*, devido ao número de possíveis veto *players* à redução dos gastos federais. As unidades federativas mais socialmente vulneráveis são as primeiras a reagir contra a retirada dos recursos do governo central.
- III. Em condições de austeridade, em situações em que os cortes não necessitam de decisão compartilhada, as reduções são feitas nos recursos dos entes subnacionais e, nesse caso, o ente central, transferindo as responsabilidades para as outras unidades federativas que precisam arcar com os custos da política.
- IV. Em casos em que vigorava uma estrutura federativa centralizada, antes do *welfare states*, a implementação de políticas de bem-estar social ocorreu lentamente e, nesse caso, o federalismo exerceu, de fato, o papel de retardar, e até impedir a formação dessas políticas.

Estão **CORRETAS apenas** as afirmativas:

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.

**QUESTÃO 43**

O processo de políticas públicas mostra-se como uma forma moderna de lidar com as incertezas decorrentes das rápidas mudanças do contexto social, político e econômico, e das exigências e demandas da sociedade frente ao Estado.

Compreendem-se as políticas públicas, a partir da dinâmica do funcionamento do Estado, **EXCETO** como:

- (A) Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como das visões e dos valores dos que influem na decisão.
- (B) Estratégias que apontam para diversos fins almejados por diferentes grupos que participam do processo decisório da ordem estatal.
- (C) Um conjunto de ações estruturadas de modo sequencial, legalmente estabelecidas em conformidade com os procedimentos normativos.
- (D) Um fluxo de decisões públicas orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar uma dada realidade.

**QUESTÃO 44**

As políticas públicas implicam na ação do governo sobre determinadas situações. O formato delas dependerá de cada sociedade em face das especificidades do processo político social. No entanto, há componentes comuns a quaisquer políticas públicas.

Analise as afirmativas, identificando-as com **V** ou **F**, conforme sejam verdadeiras ou falsas:

- ( ) O caráter institucional, que se refere ao fato de a política ser elaborada ou decidida por uma autoridade legalmente constituída no âmbito de sua competência, sendo coletivamente vinculante.
- ( ) O caráter decisório, que se refere ao fato de a política se constituir como um conjunto-sequência de decisões relativas à escolha de fins e ou meios, como resposta a problemas e necessidades.
- ( ) O caráter comportamental, que se refere às condicionalidades interpostas na etapa de formulação da política.
- ( ) Caráter causal, que se refere aos produtos das ações que têm efeitos no sistema político social.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- (A) F, V, F, V
- (B) V, F, V, V.
- (C) V, V, F, F
- (D) V, V, F, V.

#### **QUESTÃO 45**

O ciclo de políticas públicas é uma forma de compreensão de como os processos, a elas inerentes, se organizam. Geralmente vistas como compondo e se constituindo, **EXCETO** pelo(a):

- (A) Elaboração/formulação que consiste na identificação e delimitação de um problema da comunidade e as possíveis alternativas para a solução, na avaliação de custos e efeitos de cada uma delas e na definição das prioridades. Traduz-se na seleção e especificação das alternativas mais convenientes e explicitam as decisões adotadas, os objetos e metas, os marcos jurídicos e os processos administrativos e financeiros.
- (B) Formação da agenda, que se dá pela inclusão de um determinado pleito ou demandas de grupos na agenda política, na lista de prioridades dos agentes governamentais, se constituindo como o momento de construção do consenso entre os atores governamentais sobre o percurso da política.
- (C) Implementação/execução, em que a implementação constitui a organização do aparelho administrativo e os variados recursos (humanos, tecnológicos, informacionais) necessários à execução da política. Compreende-se, no nível da execução, o conjunto de ações destinadas a atingir os objetivos estabelecidos pela política. A execução é a política posta em ação.
- (D) Monitoramento e avaliação, o primeiro consistindo em um processo sistemático de supervisão da execução das atividades e de seus diversos componentes, cujo objetivo é o de fornecer informação necessária à produção de eventuais correções do curso da ação; a avaliação, por sua vez, é a mensuração e análise dos efeitos produzidos pelas políticas públicas, especialmente no que diz respeito às realizações obtidas e às consequências previstas e não previstas da política.

**QUESTÃO 46**

A complexidade do processo de implementação de políticas públicas faz dessa etapa objeto de maior atenção, vez que ela se conforma como momento crucial para análise da política. Diferentes abordagens discutem os chamados problemas de implementação, dentre elas destacando-se os modelos que enfatizam os elementos dos contextos da ação nos quais a política vai ser implementada.

Sobre esses modelos, analise as afirmativas, considerando-as verdadeiras (**V**) ou falsas (**F**):

- ( ) A implementação, na perspectiva de um desenho prospectivo, definindo-as como um processo técnico que se realiza no âmbito da prática administrativa e que leva à execução de atividades com vistas à obtenção de metas, definidas no processo de formulação da política e do seu planejamento. Distingue arenas de decisão e de operacionalização, a implementação sendo vista como parte da segunda.
- ( ) Os resultados das políticas e dos planos inovadores são imprevisíveis, compreendendo que no processo de implementação há uma multiplicidade de atores e tipos de organização com interesses diversos, que são agregados para operar a política. Esses atores interagem em uma trajetória de pontos de decisões nos quais suas perspectivas são negociadas, entendendo, ainda, que as mudanças de atores políticos, no curso do processo, podem gerar descontinuidades e necessidades de novas negociações.
- ( ) A compreensão de que a discricionariedade dos implementadores é inevitável e até desejável, já que esses atores detêm conhecimento das especificidades da situação local e, por isso, podem ajustar o plano, condição que, a depender das capacidades do Estado, pode se constituir como fonte de inovação no campo das políticas públicas. As decisões são, portanto, de caráter *bottom-up*.
- ( ) A existência de possíveis lacunas no processo de implementação é decorrente de mudanças realizadas durante a execução da política que resultam da inobservância na formulação das regras que estruturam a implementação e que devem pressupor, dentre outros aspectos, a manutenção do controle sobre a ação dos implementadores.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- (A) F, V, F, V.
- (B) F, V, V, F.
- (C) F, V, V, V.
- (D) V, V, V, F.

### **QUESTÃO 47**

As contínuas e rápidas mudanças nos contextos sociais, que produziram transformações na capacidade do Estado e nas ações governamentais, colocaram novos desafios para o planejamento estatal. O esgotamento dos modelos tradicionais reorienta a discussão sobre o planejamento, suas premissas e processos, incorporando a dimensão estratégica na gestão pública. Isso significa compreendê-lo como:

- I. Instrumento político para moldar e articular os diversos interesses presentes no processo de intervenção governamental de políticas públicas.
- II. Processo de aprendizado contínuo nas interações de decisões políticas, o que requer, além de um conjunto de informações precisas, transparência e soluções construídas de forma compartilhada.
- III. Modos de organização de políticas que envolvem fortes componentes participativos, o que supõe um alto grau de horizontalidade em suas concepções.
- IV. Capacidade de prover as políticas de informações técnicas, de prever o futuro e antecipar os problemas que possam impactar a política, estabelecendo as soluções necessárias, garantindo a eficiência do processo.

Estão **CORRETAS apenas** as afirmativas:

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.

**QUESTÃO 48**

No processo de formulação de políticas públicas, um dos aspectos importantes para sua compreensão é o de determinar a relevância de uma questão, a ponto de ser incluída na agenda de políticas.

Sobre o modelo de análise que considera os múltiplos fluxos presentes no processo de formação da agenda, avalie as afirmativas, considerando-as verdadeiras (V) ou falsas (F):

- ( ) O fluxo de entrada na agenda se constitui a partir de uma condição social percebida como tal, tornando-se, de fato, um problema quando os formuladores interpretam essa condição e acreditam ser necessário fazer algo. Essa percepção é baseada em indicadores, eventos, crises e símbolos, e *feedbacks* governamentais que sinalizam questões específicas e cuja transformação em problema resulta da interpretação que envolve a percepção.
- ( ) Os fluxos de soluções compõem o conjunto de alternativas disponíveis para os problemas, o que remete a ideias sobre o que fazer. O processo de criação de soluções geralmente antecede aos problemas. O compartilhamento da preocupação em relação à questão pela comunidade de políticas já oferece inúmeras propostas de soluções. Nesse amontoado de soluções dispersas, emerge um pequeno conjunto que é levado à efetiva consideração dos participantes que fazem a escolha, não necessariamente a partir da percepção anterior sobre os problemas específicos.
- ( ) Os fluxos da análise técnica, que se dá a partir da abertura de janelas de oportunidades, em que os empreendedores de políticas (*policy entrepreneurs*) se debruçam sobre o tema, ocorrem em face das condições materiais e dos recursos passíveis de serem disponibilizados por meio do orçamento público. Esses recursos são considerados pelos formuladores de políticas e constituem-se como parte da negociação que envolve a política e sua viabilidade.
- ( ) O fluxo da dimensão da política propriamente dita se desenrola a partir da influência de determinados elementos sobre a agenda governamental, tais como: o clima ou humor nacional, que pode ou não criar incentivos para que os participantes dos processos decisórios promovam algumas ideias em detrimento de outras; a oposição ou o apoio de forças políticas organizadas, que tornam provável a avaliação, pelos formuladores, do ambiente propício ou não da proposta; as mudanças de pessoas em posições estratégicas, inclusive nas instâncias parlamentares, ou mudanças de competência sobre uma dada questão.



A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- (A) F, V, V, V.
- (B) V, F, F, V.
- (C) V, F, V, F.
- (D) V, V, F, V.

**PROVA DE REALIDADE SOCIOECONÔMICA DE MINAS GERAIS**

**QUESTÃO 49**

Segundo Santos e Pales (2014; p. 165), “os indicadores sociais e econômicos mais expressivos do estado na última década se encontram nas macrorregiões Central e Triângulo. Em contrapartida, nas macrorregiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri estão os indicadores menos expressivos”. Essa diferença acontece porque:

- (A) As condições socioeconômicas vigentes nas macrorregiões do estado são reflexo do processo de desenvolvimento ocorrido nelas, já que diversos fatores podem influenciá-lo.
- (B) As soluções aplicadas pelo estado para resolver os problemas de desigualdade estão baseadas em investir economicamente nas macrorregiões mais pobres.
- (C) Os eixos de discussão dos indicadores são mais econômicos do que sociais e, por isso, as macrorregiões Central e Triângulo são mais socialmente desenvolvidas.
- (D) Para se compreender a heterogeneidade das macrorregiões de Minas Gerais é fundamental o uso do método comparativo, pois permite explicar alguns dos motivos das desigualdades regionais.

**QUESTÃO 50**

Em relação ao desenvolvimento das Macrorregiões de Minas Gerais, podemos afirmar:

- I. Os Vales do Jequitinhonha/Mucuri, nos últimos três séculos, tiveram seu processo de ocupação e desenvolvimento bastante diversificado internamente, agregando numa só região várias formas de apropriação do espaço natural.
- II. Outro efeito perverso da chegada da monocultura de eucalipto foi a desarticulação dos modos de vida e de cultivo das populações tradicionais. Elas veem seu estilo de vida melhorar em meio ao “progresso” trazido pelo eucalipto.
- III. A macrorregião Central de Minas Gerais teve três principais atividades produtivas industriais até a primeira metade do século XX: a mineração, a siderurgia e a produção de gado.
- IV. A RMBH teve papel preponderante no desenvolvimento da macrorregião Central do estado de Minas Gerais, uma vez que foi nela onde se concentrou o maior número de indústrias, especialmente na capital, Belo Horizonte.
- V. O Triângulo Mineiro é a macrorregião mais dinâmica do estado depois da Central. Como é interiorana, em muitos casos possui indicadores sociais superiores aos da macrorregião Central.

Em relação ao desenvolvimento das macrorregiões, estão **CORRETAS** as afirmativas:

- (A) I, II, III, apenas.
- (B) I, IV, V, apenas.
- (C) II, III, V, apenas.
- (D) I, II, III, IV e V.

### **QUESTÃO 51**

Muitas teorias sobre o desenvolvimento social e econômico são utilizadas para compreender o processo de economia do país, estados e municípios. Nesse sentido, podemos afirmar que, durante o século XX, vários autores contribuíram para que se pudesse analisar o desenvolvimento econômico de Minas Gerais.

Em relação a essas teorias, pode-se afirmar que:

- I. Os autores da chamada teoria clássica da localização identificaram os fatores que determinariam a localização da atividade produtiva, levando em consideração como os custos de transporte determinam a distribuição das atividades econômicas no espaço.
- II. Os autores da teoria dos polos de crescimento baseavam-se na ideia de que o crescimento ocorre de forma homogênea no espaço e que se manifesta em pontos ou polos de crescimento com intensidades variáveis sobre toda a economia.
- III. Os autores da teoria da causalção circular cumulativa demonstram que “o jogo das forças do mercado operava no sentido da desigualdade” e não da homogeneidade. Também defendiam uma atuação concertada do Estado para diminuir os níveis de desigualdade regional.

Está **CORRETO apenas** o que se afirma em:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.

### QUESTÃO 52

As projeções em relação à diminuição da população no Estado de Minas Gerais levam em consideração os aspectos de fecundidade, migração e mortalidade. Segundo as projeções realizadas, em breve, o Estado irá passar por um decréscimo da população em função desses aspectos.

Assinale a afirmativa **VERDADEIRA**, em relação à diminuição da população.

- (A) A análise do crescimento das sete mesorregiões que ganharão população a partir da década de 2030, por situação de domicílio, revela significativo processo de povoamento e rápido envelhecimento das áreas rurais.
- (B) A mortalidade, outro componente da dinâmica demográfica, também apresentou aumento gradual em Minas Gerais, a partir da segunda metade do século XX.
- (C) A partir de 2010, espera-se que os níveis de fecundidade sejam cada vez menores e que o crescimento positivo da população (até 2040) seja devido ao resquício da estrutura etária, resultante das altas taxas de fecundidade verificadas no passado.
- (D) Em consonância com a tendência de crescimento da população estadual, as projeções populacionais por mesorregiões demonstram a elevação generalizada do ritmo de crescimento de suas respectivas populações e as diferenças entre elas.

**QUESTÃO 53**

Leia os textos abaixo e responda.

Texto 1 – O Triângulo Mineiro é a macrorregião mais dinâmica do estado depois da Central. Como é interiorana, em muitos casos possui indicadores sociais superiores aos da macrorregião Central.

Texto 2 - O desenvolvimento de atividades ligadas à pecuária, juntamente com a agroindústria e o comércio atacadista, fez do Triângulo Mineiro uma das macrorregiões mais desenvolvidas de Minas Gerais. Desde a gênese do seu desenvolvimento, a região foi privilegiada por ser fronteira de polos dinâmicos do país e ainda por atrair montantes significativos de investimentos em tais atividades.

O desenvolvimento da macrorregião do Triângulo Mineiro se deve aos fatores acima.

Em relação ao desenvolvimento comparado das regiões, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A renda *per capita* ser um indicador permeável em relação às desigualdades sociais ilustra, significativamente, as diferenças econômicas entre as macrorregiões de Minas Gerais.
- (B) Em relação à renda *per capita* das macrorregiões de Minas Gerais, as disparidades de renda se configuram no estado. O fator industrial, a concentração de atividades econômicas mais importantes, mesmo na agricultura — como no caso da atividade cafeeira —, explicam a disparidade de renda entre as macrorregiões.
- (C) No Norte de Minas e no Vales do Jequitinhonha/Mucuri, encontram-se as melhores rendas *per capita* de Minas — respectivamente, R\$ 455,33 e R\$ 431,75. Nas macrorregiões Central (R\$ 961,82) e Triângulo (R\$ 908,04), são verificadas as menores rendas *per capita* do estado.
- (D) O rápido crescimento econômico do Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha/Mucuri aponta um problema histórico. Essas grandes extensões territoriais conseguiram acompanhar o dinamismo econômico das macrorregiões mais dinâmicas economicamente.

**QUESTÃO 54**

Analise as afirmativas a seguir:

- I. A combinação da rápida redução das taxas de fecundidade em todas as regiões do estado de Minas Gerais com os históricos saldos migratórios negativos, especialmente em algumas áreas de baixo dinamismo econômico, tem reforçado uma tendência de decréscimo populacional prevista para os próximos 30 anos, assim como vem ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos.
- II. Os padrões de despovoamento se diferem entre si, mas há dúvidas quanto à associação do despovoamento, às transformações econômicas contemporâneas e ao equilíbrio demográfico.
- III. Os padrões de despovoamento diferem entre si, mas não há dúvidas quanto à associação do despovoamento às transformações econômicas contemporâneas e aos desequilíbrios demográficos.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.

**QUESTÃO 55**

Analise as afirmativas a seguir:

I - Minas Gerais é uma síntese do Brasil também em termos de desenvolvimento regional. Assim como o país, possui macrorregiões com enormes discrepâncias em termos de desenvolvimento. Portanto, o desenvolvimento regional é uma ferramenta fundamental para se pensar o desenvolvimento de Minas Gerais.

**Isso acontece PORQUE:**

II - As condições socioeconômicas vigentes nas macrorregiões do estado não são exclusivamente reflexo do processo de desenvolvimento ocorrido nelas, já que diversos fatores podem influenciá-lo. No entanto, a realidade de cada uma hoje se deve, em certa medida, às estratégias de desenvolvimento adotadas por elas.

- (A) A primeira afirmativa é contrária à segunda.
- (B) A segunda afirmativa não é consequência da primeira.
- (C) As duas afirmativas são consequências uma da outra.
- (D) As duas afirmativas são contrárias entre si.

**QUESTÃO 56**

Um dos marcadores de desigualdade é medido pela Educação nos Estados. Nesse sentido, em relação às dez macrorregiões de Minas Gerais, destaca-se que a macrorregião com o maior percentual de analfabetos, em 2011, era a dos Vales do Jequitinhonha/Mucuri, com 19,5% de sua população sem saber ler e escrever. O Norte de Minas não fica atrás, com 15% de analfabetos na população. Já o percentual de analfabetos nas macrorregiões Triângulo e Central é bem menor, girando em torno de 8% — abaixo da média do estado, que é de 10,6% de analfabetos.

Em relação a esse processo, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Podemos concordar que a persistência do analfabetismo é uma marca da herança intergeracional entre as pessoas mais pobres no país, assim como o é em Minas Gerais.
- (B) Quando a população que não sabe ler e escrever é tão baixa, o número de analfabetos não interfere no momento de retomada de crescimento econômico.
- (C) Apenas 10,6% da população de Minas Gerais acima de dez anos de idade, no ano de 2011, não saberem ler e escrever evidencia um melhor acesso à distribuição de renda via mercado de trabalho.
- (D) Na verdade, as diferenças regionais no que diz respeito à alfabetização são preocupantes, mas não chega a ser uma preocupação no Estado, já que somente 8% na região mais rica não sabe ler e escrever.

**QUESTÃO 57**

Em Minas Gerais, mesmo considerando as projeções que indicam o declínio populacional em sete mesorregiões do estado até os anos 2035 – 2040, verifica-se que esse fenômeno é mais fortemente observado em áreas cujas proporções de população rural são relativamente maiores, como no Vale do Rio Doce, Mucuri, Jequitinhonha.

Isso acontece por qual dos motivos abaixo?

- (A) Atualmente, o processo de despovoamento, antes mais restrito às comunidades urbanas, também está se estendendo para as áreas rurais dos pequenos e médios municípios.
- (B) Nas últimas décadas, grande parte dos trabalhadores rurais passou a viver em núcleos urbanos, inserindo-se, cada vez mais, em atividades de extração e agropecuária.
- (C) Nessas regiões, nas últimas décadas, a elevada fecundidade “compensava” a elevada emigração populacional, garantindo taxas de crescimento populacional positivas.
- (D) Pode-se afirmar que as populações tendem a viver, cada vez mais, em cidades, onde o acesso aos serviços públicos gratuitos e as oportunidades na inserção nesse mercado de trabalho são melhores.

### **QUESTÃO 58**

A indústria mineira está concentrada no território Metropolitano e ocorreu um aumento da participação deste no valor adicionado da indústria, 45,9% em 2000 para 52,3% em 2013. Nesse território, está Belo Horizonte, que é a capital do Estado, Contagem, cidade onde foi planejada a construção da cidade industrial no início da década de 1940, e Betim, que se industrializou na década de 70, com forte apoio do Estado para atração de indústrias.

Em relação a esse processo, analise as seguintes afirmativas:

- I. Desse modo, percebe-se que nesse início de século XXI houve um reforçar do processo de concentração nesse território, ocorrendo um aprofundamento das desigualdades regionais.
- II. Os territórios do Sul, Triângulo do Norte, Vale do Aço, Triângulo do Sul, Oeste e Zona da Mata representaram, em média, 35% do valor adicionado da indústria, na primeira década do século XXI, e 31% em média nos primeiros anos da segunda década.
- III. Em contraposição à situação apresentada acima, os territórios com maior participação na indústria são: Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri, Caparaó Central e Rio Doce, comparados à região central.

- IV. Os territórios Nordeste, Oeste e Vertentes apresentaram, ao longo do período de 2010 a 2013, um crescimento na participação do valor adicionado da indústria mineira. No Noroeste, a participação aumentou de 1,6% para 2,1%, a principal atividade industrial é a extração de recursos minerais, principalmente no município de Paracatu, com a extração de minério e metais preciosos.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, III e IV.

### **QUESTÃO 59**

Uma das preocupações dos autores é apresentar alguns aspectos importantes desse desenvolvimento desigual das macrorregiões de Minas Gerais.

Nesse sentido, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Ao utilizar indicadores diretos para a avaliação de desigualdade regional, deve-se, necessariamente, criar a relação direta de alguns indicadores agregados, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).
- (B) O conceito de desenvolvimento é simples, mesmo quando abrange uma multiplicidade de variáveis que devem ser levadas em consideração.
- (C) O desenvolvimento social é tido como combate à pobreza, geração de emprego e renda, garantia à saúde, à educação, à assistência — ou seja, abrange uma gama de investimentos que vão muito além do crescimento econômico, buscando, principalmente, o bem-estar da população.
- (D) Para o desenvolvimento pleno de uma região, é imperativa a junção de crescimento econômico e desenvolvimento social, visto que crescimento econômico PIB, exportações etc. sempre se traduzem hegemonicamente em qualidade de vida para toda a população e também em desenvolvimento social igualitário.



**QUESTÃO 60**

A renovação dos equipamentos já existentes nas cidades, muitas vezes, não é realizada, fazendo com que áreas com perda populacional, também tenham os imóveis e a terra desvalorizados economicamente.

Em relação às perdas nessas áreas de despovoamento populacional em Minas Gerais, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Além dessas perdas de valores da terra e dos imóveis, os governos também são profundamente afetados por essa questão. Normalmente, a arrecadação de tributos tende a cair, num contexto no qual as demandas sociais permanecem ou, mesmo, tendem a aumentar, considerando-se o aumento ou, mesmo, a permanência de elevadas taxas de desemprego e o rápido envelhecimento populacional.
- (B) No curto prazo, muito provavelmente, o processo de despovoamento poderá gerar uma redução absoluta das demandas e da pobreza, dado o rápido envelhecimento, a intensificação da perda de renda e, conseqüentemente, de arrecadação.
- (C) O processo de transição demográfica em Minas Gerais se aproxima do fim e o futuro populacional do estado será, cada vez mais, de tendência crescente de taxas de crescimento, alcançando nos próximos trinta anos taxas positivas em relação à população, favorecendo, com isso, a redução das desigualdades regionais.
- (D) Os planos dos governos que foram desenvolvidos, trazendo recursos financeiros, tendo como mote o desenvolvimento regional com o incentivo para abertura de grandes empresas e indústrias nas áreas mais estagnadas do estado, garantiram a sustentabilidade econômica, social e ambiental de diversas regiões.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**EDITAL 01/2022**

**PARA VOCÊ DESTACAR E CONFERIR O SEU GABARITO.**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	

13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	

25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	

37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	

49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

**ATENÇÃO:  
AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA  
VIRAR O CADERNO DE PROVAS.**

